

- U F R J -
BIBLIOTECA
- IPPUR -

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E USO DO SOLO URBANO

COTIDIANO E CLASSES POPULARES: Estudo de Caso no Bairro da Baixa do
Sapateiro

João Carlos Saldanha do Nascimento Santos

CONCEITO - B. Robert Ascelmann

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1989

207 30 41 50



AGRADECIMENTOS

Aos professores:

Tamara Tania Conhen Egler

Lilian Feesler Vaz

Franklin Dias Coelho

Ana Clara Torres Ribeiro

Ao orientador:

Robert Pechman

Em especial:

Fernanda Sanchez Garcia

ÍNDICE

Introdução.....	1
Classes Populares e Urbanização no Rio de Janeiro.....	5
O Trabalho de Campo na Baixa do Sapateiro.....	14
Conclusão.....	26
Notas.....	30
Bibliografia.....	32

Introdução

Esta dissertação apresenta como objeto de reflexão o trabalho de campo realizado na Baixa do Sapateiro, área da Maré, com o objetivo de elaborar o roteiro do vídeo sobre o cotidiano das classes populares urbanas. Durante o trabalho de campo realizaram-se vistas semanais a área, aplicando entrevistas e observando o cotidiano de algumas famílias, destacando os aspectos ligados ao serviço doméstico, ao trabalho, a família e ao bairro. A produção do vídeo, coordenado pela Profa Tamara Cohen Egler (IPPUR/UFRJ), faz parte do conjunto de pesquisas sobre a área da Maré, onde serão abordados os seguintes tópicos: história dos bairros, coordenado pela profa Lilian Feesler Vaz (IPPUR e FAU/UFRJ), e movimentos sociais na área da Maré, coordenado pelo prof. Franklin Dias Coelho (UFF).

O presente estudo visa analisar de que forma as classes populares se inserem no sistema capitalista desenvolvendo modos de vida condizentes com este. Pretende-se observar de que maneira este processo ocorre no capitalismo brasileiro, que apresenta como característica a concentração de renda e a marginalização de amplas camadas da sociedade. O ponto de partida será a urbanização do Rio de Janeiro, onde percebe-se a existência de áreas segregadas da cidade, persistindo habitações construídas por meios não formais de ocupação do solo (invasões, favelas e loteamentos clandestinos) e com níveis precários de condições de vida.

OBJETIVO

Para isto, serão analisadas as intervenções governamentais sobre as favelas, considerando dois períodos distintos: erradicação e urbanização; e observando de que forma estas intervenções influem na estrutura do cotidiano das camadas populares.

O intuito fundamental do trabalho de campo foi de registrar a forma pela qual os habitantes da Baixa do Sapateiro organizam a vida diária para se reproduzirem individual e socialmente. O trabalho se desenvolveu no momento em que a área já se consolidou^{AAA} enquanto bairro, desaparecendo o "fantasma" da remoção e os seus habitantes passam a ser considerados filhos legítimos da cidade.

O estudo reconhece algumas limitações do trabalho de campo, visto que, devido ao curto prazo não foi possível penetrar nos diversos segmentos existentes na área. As entrevistas se concentraram basicamente na parte do bairro que é melhor atendida pelos serviços urbanos e comunitários. Desta forma, as conclusões finais não devem ser consideradas para a área como um todo.

As orientações teóricas seguem algumas considerações levantadas por Luiz Cezar Queiroz Ribeiro no estudo sobre a implantação do sistema capitalista e as transformações no modo de vida das classes trabalhadoras (1). Sobre as intervenções governamentais nas habitações populares, tomou-se como referências as pesquisas de Lícia do Prado Valladares (2) e de

Janice Perlman (3).

Na definição de cotidiano utilizou-se os pressupostos de Agnes Heller (O Cotidiano e a História), onde ela observa que:

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se "em funcionamento" todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias.

pag.17

Em outro momento ela afirma que:

A vida cotidiana não está "fora" da história, mas, no "centro" do acontecer histórico: é a verdadeira "essência" da substância social.

pag.20

A apresentação da dissertação está dividida em três partes. Na primeira será feita uma abordagem teórica a respeito do processo de transformação do modo de vida das camadas populares

no sistema capitalista, e apresentado de forma sucinta como que este processo pode ser observado no Rio de Janeiro. Analisando, também, a atuação governamental na área da Maré no caso específico do Projeto Rio. Na segunda parte constará a demonstração do trabalho de campo, onde serão apresentados as características da área e o conteúdo das entrevistas realizadas com as donas de casa, os maridos e os filhos. Na última parte pretende-se fazer um retorno às questões teóricas apresentadas; analisando a partir das entrevistas e das práticas cotidianas observadas, as formas de reprodução social e individual dos habitantes e os prováveis efeitos do processo de urbanização sobre estas práticas.

CAPÍTULO 1

CLASSES POPULARES E URBANIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

No processo de urbanização do Rio de Janeiro, o poder público tem agido com frequência no sentido de integrar espaço urbano no sistema de produção capitalista. Pode-se observar que desde o início do século com a reforma urbana de Pereira Passos, várias foram as intervenções e os projetos apresentados que buscavam consolidar esta integração. Neste capítulo serão abordadas algumas questões teóricas que apontam para a análise do processo de transformação do espaço urbano e o impacto sobre o modo de vida das classes populares e será apresentado sucintamente como este processo pode ser observado na cidade do Rio de Janeiro.

Para que a implantação do modo de produção capitalista se consolide é necessário que ocorram transformações no modo de vida das camadas populares, de forma que estas camadas desenvolvam estruturas de comportamento e práticas de consumo condizentes com o novo modo de produção. Ao se implantar, o modo de produção capitalista não provoca de imediato uma transformação sobre o modo de vida existente. Na fase em que o capital mantém uma relação de dominação formal com o trabalho, persistem no interior da família práticas de consumo e estruturas de comportamento centradas em valores não capitalistas. Com o desenvolvimento do capitalismo e com a passagem da dominação formal para a dominação

real, ocorre de fato a transformação sobre o modo de vida existente. Estas transformações nem sempre acontecem de maneira pacífica, encontrando, às vezes, resistências no interior da sociedade, gerando o que se pode chamar de luta de classes em torno do modo de vida (4).

No Brasil, a integração das camadas populares no modo de vida capitalista foi acompanhada por intervenções do poder público sobre o espaço com a intenção de remodelá-lo e urbanizá-lo, dando à cidade a aparência capitalista e exigindo que seus habitantes desenvolvessem comportamentos condizentes com as novas características da cidade e com o novo sistema econômico.

Entretanto, o capitalismo brasileiro, por razões amplamente discutidas por muitos autores, ao se desenvolver não conseguiu integrar grande parte da população no sistema produtivo, gerando uma massa de marginalizados que para garantir a sua sobrevivência desenvolveram estruturas de comportamento e práticas de consumo não condizentes, porém articulados com o modo de produção capitalista.

A modernização econômica atingiu de maneira diferenciada as camadas da sociedade, produzindo distintas especialidades espaciais no interior do espaço urbano. As relações sociais que se estabeleciam nestes espaços nem sempre eram coerentes com o modo de produção, expressando, por vezes, movimentos de resistência à ordem social exigida.

A formação de favelas foi um exemplo típico deste processo; visto que, na medida em que a cidade se urbanizava, a alternativa apresentada para a população pobre foi a ocupação "ilegal" das áreas de pouco interesse para o capital imobiliário. As ocupações começaram no final do século passado nos morros do centro e da zona sul, posteriormente foram sendo ocupadas as regiões suburbanas próximas da linha férrea.

O crescimento das favelas sempre foi um problema para a urbanização do Rio de Janeiro, que através da auto-construção, do mutirão e da ajuda mútua foram se constituindo em diversas comunidades pela cidade. Em 1948 já existiam 105, em 1950 representavam 6,7% da população total, em 1960 passou de 9,3%, atingindo 13% em 1970. No ano de 1980 existiam aproximadamente 165.448 domicílios.

Na relação do poder público com as favelas pode-se distinguir dois períodos: erradicação ou remoção e urbanização. A reforma urbana de Pereira Passos em 1904, apesar de não incidir diretamente sobre as favelas, atingiu basicamente a população pobre do centro da cidade. Fundamentados em preocupações higienistas, foram destruídos os cortiços e as vilas considerados insalubres, preparando a cidade para o capital comercial e industrial.

As primeiras intervenções sobre as favelas estão associadas ao Código de Obras de 1936, que determinava a eliminação e proibia a construção de favelas. No período de 1941-43 ocorreram as primeiras remoções através das experiências dos Parques Proletários de Vargas.

A partir dos anos 60 com as intervenções de Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas, se intensificaram os programas de remoções. Em 15 anos foram removidos 137.774 favelados. O destino das pessoas removidas eram os conjuntos habitacionais do BNH e os Centros de Habitação Provisório. Neste período estava em voga nas ciências sociais a teoria da marginalidade, que compreendia a favela como uma anomalia dentro do espaço urbano e que deveria ser erradicado. As intervenções ocorreram no sentido de retirá-las das áreas onde se localizavam, permitindo assim um uso mais lucrativo destas áreas. Acreditava-se que agindo desta forma acabaria o tipo de vida "promiscuo" existentes nas favelas, uma vez que as pessoas residissem nos conjuntos habitacionais passariam a ter hábitos "civilizados".

A maioria dos autores que analisaram os programas de remoção implementados no Rio de Janeiro, apresentaram diversas críticas apontando para os efeitos negativos das remoções. Um dos efeitos apontados foi a queda na renda familiar devido ao aumento com o custo de transportes, outra consequência foi a "desintegração" causada pela destruição dos laços sociais e de solidariedade

existentes nas favelas.

Em decorrência dos péssimos resultados obtidos por estas políticas e pelo crescimento do poder político das favelas, na década de 70 as intervenções do poder público passam a se dar de maneira distinta. Neste período a política de remoção foi substituída pela de urbanização.

A política de urbanização de favelas surgiu na cena urbana brasileira, a partir de uma nova orientação dos planejadores do desenvolvimento, os quais além da atenção dada ao crescimento econômico passaram a se preocupar com a distribuição dos benefícios adquiridos com o crescimento. Dentro desta nova perspectiva ocorreram intervenções na Rocinha, Morro dos Cabritos, Santa Marta, Jacarezinho e etc., sendo que a intervenção de maior vulto ocorreu na Favela da Maré, área prioritária do Projeto Rio. Na próxima seção será analisado o caso específico da ação governamental na área da Maré.

O Projeto Rio e a Favela da Maré

A história do Projeto Rio vem desde os anos 1962/1964 quando foi apresentado o Projeto Cais de Saneamento, que tinha como objetivo a delimitação definitiva do contorno da baía de Guanabara, sendo implementado em ação conjunta do Ministério do Interior com o Ministério dos Transportes; o projeto não foi adiante. Em 1979 o projeto acima apareceu nas bases da Exposição Interministerial de Motivos encaminhado pelo Min. Mário

Andreazza, e em junho de 1979 foi aprovada a Exposição de Motivos.

O Projeto Rio, desenvolvido pelo Governo Federal, se caracterizava como um Plano micro-regional abrangendo setores básicos (transporte, habitação, saneamento e meio-ambiente). Os objetivos principais eram: recuperar as áreas alagadas e contaminadas da baía da Guanabara; ganhar terrenos ao mar; destinar parte destes terrenos à construção de habitações populares; transferir indústrias contaminantes e não compatíveis com a região; melhorar a qualidade ambiental; manter ou consolidar a ocupação residencial existente e urbanizar as favelas localizadas na região do Projeto.

As linhas de ação, na área da Maré visavam: erradicar as palafitas com remanejamento da população para o Setor Pinheiro e vila do João; transferir a propriedade aos moradores da favela da Maré não removidos; e urbanizar a área remanescente da Maré. A área de intervenção compreendia a faixa de terra delimitada pela Av. Brasil, da ponta do Caju até a BR-040 (Rod. Washington Luiz), daí até o Rio Iguaçu, na sua foz, para a orla da baía e acrescidos de aterro até a ponta do Caju - extensão: 2,5 km. - superfície: 5.043 hecs.. Nesta área localizavam-se as seguintes favelas: Parque União, Rubens Vaz, Nova Holanda, Maré, Baixa do Sapateiro, Timbau e Marcílio Dias. A Nova Holanda não deveria ser considerada favela por tratar-se de um Centro de Habitação Provisório, construído para receber as populações removidas das Favelas do Esqueleto, Praia do Pinto e Macedo Sobrinho, e por

dispor de atendimento de infraestrutura e equipamento.

O grupo de trabalho era supervisionado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, coordenado pelo representante do DNOS e integrado por: BNH, Representação do Ministério do Interior no Rio de Janeiro (REMI), Secretaria de Planejamento da Governadoria do R.J. (SPGERJ), Secretaria Estadual de Obras e Serviços Públicos (SEOSP), FUNDREM e Secretário Executivo do CNDU. A forma de garantir o retorno do investimento realizado era que o solo criado pelo DNOS seria transferido ao BNH, que executaria, em parte dele, as obras necessárias aos programas sociais e o solo remanescente passaria a ser comercializado pelo Banco a preço de mercado.

Na época da implantação do Projeto Rio estava em voga nas ciências sociais as teorias críticas à teoria da marginalidade. Ocorria um crescimento das organizações comunitárias e se discutia o planejamento participativo. No Projeto se prenuncia a participação das comunidades no plano, porém esta participação só ocorre no momento final de sua execução

A principal crítica feita ao Projeto Rio é a seguinte: embora o Projeto se apresentasse basicamente como um projeto para a erradicação de sub-moradias, apenas 25% do solo criado destinou-se ao uso residencial. Segundo Júlio Cesar de Lima Ramires, Leila Christina Dias Carvalho e Márcio de Oliveira (Depto de Geografia/UFRJ) na interpretação das tabelas relativas

ao planejamento do uso do solo na área do Projeto pode-se observar que: nos cinco setores que receberam aterros houve praticamente uma duplicação do solo existente; os aterros concentraram-se nos setores das Missões e do Aterro Sanitário do Caju e destinavam-se primordialmente para fins industriais, comerciais e serviços de âmbito extra-local; apenas 25% do solo criado destinou-se ao uso residencial e concentrou-se nos setores da Ilha do Pinheiro e da Maré. Mesmo nestes dois setores em conjunto, a relação entre o solo criado e o solo total para o desenvolvimento de novos usos (principalmente residencial) foi menor quando comparado aos demais setores.

De acordo com os autores da crítica os dados acima ratificam a hipótese de que a questão habitacional foi apenas a "face política" do Projeto, que encobria outros interesses, como por exemplo: a venda de terrenos para a indústria e o comércio, a criação de uma estação rodoviária intermunicipal e a duplicação da Av. Brasil (linha vermelha). Os autores observam também a participação do BNH e do SFH neste tipo de projeto que cria solo urbano dotando-o de infraestrutura para atender não só a população local, mas canaliza recursos captados do FGTS e das cadernetas de poupança para o financiamento de projetos que vão além da questão habitacional.

Apesar das críticas, Sandra Monarcha Souza e Silva (5) observa que sob o ponto de vista dos moradores o Projeto Rio trouxe benefícios para a Favela da Maré, distribuídos entre melhoria de infraestrutura, erradicação das palafitas,

perspectivas de urbanização integral da área e transferência da propriedade. Segundo a população local constata-se que o Projeto não trouxe nenhum prejuízo. Entretanto, os benefícios relativos à infraestrutura e à urbanização não foram suficientes para excluir estas questões do rol dos principais problemas existentes na área. De fato, no contato com a área pudemos observar que os moradores consideram que a implementação do Projeto foi fundamental na melhoria das condições de vida local e para a consolidação da área enquanto bairro.

CAPÍTULO 2

O TRABALHO DE CAMPO NA BAIXA DO SAPATEIRO

A Baixa do Sapateiro :

Dentro do conjunto de bairros que compõem o complexo da Maré, a Baixa do Sapateiro foi a área escolhida para a realização da pesquisa sobre o cotidiano das classes populares urbanas do Rio de Janeiro. O complexo se localiza no litoral da baía da Guanabara, entre os bairros de Bonsucesso, Ramos e Ilha do Fundão, compondo-se dos seguintes bairros: Vila do João, Vila do Pinheiro, Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque Maré, Nova Holanda, Parque Rubens Vaz e Parque União.

Antes de ser ocupada, a região da Maré era formada por manguezais, até que os sucessivos aterros lhe deram nova configuração, permitindo uma ocupação habitacional mais intensa. Alguns autores acreditam que o início da ocupação da região deve-se a abertura da Av. Brasil em 1946 e à posterior localização industrial nas áreas paralelas à avenida. Entretanto, existem fontes que afirmam ter ocorrido o início do povoamento em período anterior à construção da Av. Brasil sendo que o surgimento da Baixa do Sapateiro teria ocorrido por volta de 1925 (6).



A formação destas áreas , que até pouco tempo eram consideradas favelas, teve um processo particular, visto que, os moradores além de construírem a habitação tiveram também de criar o solo, construindo os aterros e as vias de acesso. A ocupação começou primeiramente nos terrenos não alagados. Com os aterros sucessivos feitos pelos próprios moradores, a parte alagada pode ser ocupadas por palafitas. Contudo, a precariedade com que os aterros eram construídos, gerou condições de insalubridade e insegurança transformando a área numa das favelas mais problemáticas da cidade do Rio de Janeiro. Em 1981, com a implementação do Projeto Rio a favela obteve o seu reconhecimento como bairro. O Projeto remanejou as palafitas, dotou a área de infraestrutura e legalizou a propriedade dos moradores.

O Trabalho de campo:

Para a realização do trabalho de campo adotou-se como metodologia visitas semanais a área, observando o cotidiano do bairro; e realizando entrevistas com as donas de cas, os maridos e os filhos, com o objetivo de captar aspectos relativos ao cotidiano da família, do bairro, do trabalho, da casa e algumas sugestões para o vídeo. As entrevistas eram abertas abordando as questões propostas pelo roteiro abaixo: conte um dia de sua vida; sobre o trabalho em casa; sobre a família; sobre a casa; sobre o bairro e os vizinhos; sobre o trabalho profissional; formas de participação comunitária; momentos importantes do cotidiano.

O primeiro contato com a área foi realizado no mês de maio de 1989 e as visitas semanais se prolongaram durante 5 meses. No primeiro contato conhecemos o presidente da associação de moradores (Sr. Clóvis), que se mostrou receptivo ao projeto e através dele foi possível a identificação de algumas famílias para a aplicação das entrevistas.

Durante as visitas observou-se que a área se apresenta como um bairro típico do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, não possuindo mais os aspectos que anteriormente lhe davam as características de favela. A maioria das ruas são pavimentadas; possui 1 escola de 1º e 2º grau; 1 Cieps; 1 escola de alfabetização na Associação de Moradores; grande parte da área é dotada de infraestrutura; possui diversas igrejas; existe uma variedade de pequenos comércios; e circula pelo local a linha de ônibus 911 (Bonsucesso/Cid. Universitária).

Entretanto, esta constatação não deve ser considerada para todo o bairro, visto que, na área distingue-se a divisão em duas regiões: a parte alta e a parte baixa. Na parte alta, onde realizaram-se a maior parte das entrevistas, habita a população de maior renda e é melhor atendida pelos serviços urbanos e comunitários. No relato dos moradores observou-se uma distinção entre as duas regiões, sendo que para os moradores da parte alta a área pode ser considerada como um bairro.

A parte baixa fica próxima do canal que separa o continente da Ilha do Fundão, sendo habitada pela população de menor renda. Antes do Projeto Rio era ocupada por palafitas, atualmente possui uma grande área vazia onde se localizam o aterro e o ocupada apenas pelo Ciep. Conversando com alguns moradores, percebe-se a existência de sérios problemas na área, decorrentes da falta de saneamento e do aterramento mal concluído. Para os moradores esta parte ainda deve ser considerada como favela.

No cotidiano da área notamos basicamente a presença de mulheres, crianças e aposentados. As mulheres geralmente envolvidas com o trabalho doméstico, as crianças em atividades escolares ou de lazer, os aposentados trabalhando no pequeno comércio ou com freqüência jogando baralho no local denominado "puteose" (7), situado na parte alta do bairro.

O bairro possui as seguintes organizações comunitárias: Associação de Moradores da Baixa do Sapateiro, Associação de Mulheres da Maré e o Bloco Carnavalesco Corações Unidos de Bonsucesso. A Associação de Moradores mantém em conjunto com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social uma escola de alfabetização para crianças de 1 a 5 anos, distribui alimentos fornecido pela SMDS para as famílias mais carentes e promove reuniões mensais para discutir os problemas do bairro. A Associação de mulheres trabalha com as mulheres de toda a área da Maré dando orientação pré-natal e sobre controle de natalidade. O

Bloco Carnavalesco promove festas e "pagodes" nos finais de semana e desfilará no próximo ano no 2º grupo dos blocos da cidade. Constatamos que há uma participação expressiva da comunidade nestas organizações, sendo que algumas pessoas participam de duas ou das três organizações.

As Entrevistas

No período de 5 meses entrevistamos 20 pessoas, entre mulheres, maridos e filhos. Sendo que em alguns casos entrevistamos pessoas pertencentes ao mesmo grupo familiar. A escolha das famílias obedeciam os seguintes critérios: a família deveria estar disposta a conversar sobre questões familiares e individuais; a preferência era de entrevistar pessoas pertencentes ao grupo de assalariados da indústria diretamente ligadas à produção; e procurávamos identificar pessoas com participação ativa na comunidade com uma compreensão de sua realidade.

Entretanto, na realização do trabalho de campo foi difícil compatibilizar os três critérios, principalmente na localização do grupo de assalariados da indústria. Grande parte das pessoas entrevistadas eram ligadas ao setor de serviços ou trabalhavam com o pequeno comércio.

Esposas

Durante o trabalho de campo, o nosso maior contato foi com as donas de casa. Na comunidade, durante a semana, as mulheres desempenham papel fundamental no cotidiano da casa e do bairro. A presença dos homens só é notada com mais freqüência nos finais de semana. Observamos a participação das mulheres no controle do serviço e do orçamento doméstico, e em atividades, no próprio bairro, que gerassem alguma renda, sendo que algumas desenvolviam atividades comunitárias.

O caso de Maria Nazaré é exemplar. Maria Nazaré de 55 anos é presidente da Associação de Mulheres da Maré. A rotina diária se divide nas atividades na Associação, nos serviços da casa e no trabalho de atendente do Hospital Fernando Guimarães no bairro de Bonsucesso. O trabalho na Associação é voluntário, lá ela orienta as mulheres no uso adequado de anticoncepcionais e promove cursos de habilidades manuais (calereiro, corte e costura e etc.). Atualmente ela está reivindicando junto aos órgãos públicos uma creche para a comunidade. Maria Nazaré participou dos aterramentos feitos quando a área ainda era mangue, segundo ela, o trabalho dos moradores foi fundamental para que a área pudesse ser habitada.

Marinete de 38 anos tem um cotidiano não muito distinto de Maria Nazaré. O trabalho é a principal atividade de sua rotina diária. Marinete é dona de casa e dá aulas de reforço para as crianças da região. Durante o seu relato percebe-se que as suas preocupações diárias giram em torno da família e das aulas. O seu dia-a-dia é planejado na medida em que possa compatibilizar os serviços domésticos com as aulas. A rotina se baseia em preparar a alimentação da família, organizar a casa e desenvolver o trabalho de acompanhamento pedagógico junto às crianças. O lazer é ocasional, restringindo-se a visitas a alguns parentes ou um passeio pelos parques de Bonsucesso e Penha.

Maria Regina de 54 anos, além de ser responsável pela organização da casa desenvolve um trabalho particular de venda de roupas. As roupas são fabricadas pela irmã, a sua função é embalar e deixá-las com as revendedoras, que levam de 20 a 25 anos para pagar. Neste trabalho ela é ajudada pelos filhos e pelo marido. O serviço doméstico é dividido com as filhas mais velhas. Para ela o trabalho é importante, pois, lhe garante uma renda complementar e que permite alguns gastos extras.

Ivone de 56 anos trabalha de merendeira na escola de alfabetização da Associação de Moradores. Segundo ela, além do salário, o trabalho lhe serve como uma distração e que sente falta quando não está trabalhando. O serviço doméstico é dividido com a filha de 14 anos. Ivone é uma pessoa ativa na comunidade, participa da Associação de Moradores, ajuda a promover atividades

no bairro e desfila pelo bloco durante o carnaval.

Dalva de 35 anos também tem o trabalho como a principal atividade na rotina diária. Cuida da família e do trabalho doméstico, possui um depósito de bebidas na parte baixa do bairro e vende roupas e produtos Avon. As atividades comunitárias de Dalva são ligadas as atividades desenvolvida pela igreja católica.

Entre as donas de casa entrevistadas, a maioria desenvolvia atividades paralelas ao serviço doméstico, poucas eram as que não trabalhavam e mesmo entre estas haviam algumas que já tinham desenvolvido algum tipo de atividade. Segundo elas, as atividades extras foram fundamental para a ampliação da casa e a aquisição de alguns bens. De fato, as casas visitadas eram de alvenaria e espaçosas, sendo que algumas possuíam bens como: telefone, automóvel, aparelho de som e etc.. O processo de construção da casa foi, em geral, lento e trabalhoso, envolvendo a renda da mulher e do marido. Mesmo após o término da construção da casa, algumas mulheres decidiram continuar trabalhando, visto que o trabalho lhes garantia uma renda própria, permitindo a independência da renda do marido e possibilitando a aquisição de alguns bens.

Maridos

Ao iniciar-se o trabalho de campo, a intenção inicial era de entrevistar famílias que tivessem algum membro trabalhando na

indústria. Entretanto, no decorrer do trabalho as pessoas identificadas encontravam-se geralmente ligadas ao setor de serviços. Durante as entrevistas a maioria dos homens entrevistados eram pequenos comerciantes com atividades no próprio local ou eram funcionários públicos desenvolvendo serviços na área. Mesmo nas famílias em que o marido não trabalhava no local, estes também pertenciam ao setor de serviços.

Nilton de 58 anos foi um dos fundadores da Associação de Moradores e da FAFERJ. Atualmente é funcionário do município, trabalhando em serviços burocráticos na Região Administrativa. O cotidiano se divide no trabalho da R.A. e no comércio de roupas que faz junto com a esposa e os filhos. A casa é própria, foi construída por ele juntamente com alguns companheiros e hoje está praticamente pronta. Segundo o entrevistado este processo é comum no bairro, onde parentes e amigos se solidarizam no momento de construir a casa. Ele considera que o trabalho da esposa foi fundamental para conseguirem concluir a casa. Em seu depoimento percebe-se que o trabalho coletivo dos moradores foi importante para garantirem a permanência no local e para adquirir os serviços urbanos e comunitários.

Luis Carlos de 61 anos é recém aposentado. Quando trabalhava como motorista de ônibus, levantava às 4:00hs para pegar no serviço às 4:40 e largar as 14:00hs. Atualmente reclama a falta do trabalho, porém deseja um trabalho mais tranquilo, pois,



considera que o trabalho de motorista é pesado devido as exigências dos patrões e das confusões no trânsito. A casa foi construída por ele; quando foi morar no local era apenas um barraco de madeira e hoje é uma casa de alvenaria. Segundo ele foi preciso muito esforço para conseguir construir a casa. Luís Carlos e a esposa pertencem à Igreja Protestante e considera que as igrejas desempenham papel importante no bairro fazendo com que muitas pessoas deixem de beber e abandonem a marginalidade.

Ciro de 46 anos faz parte da diretoria do bloco Corações Unidos de Bonsucesso e trabalha na STE (Serviço Técnico de Engenharia), firma prestadora de serviços para a Caixa Econômica Federal com o objetivo de impedir a construção de novos barracos no local. O trabalho é desenvolvido no próprio local envolvendo 36 pessoas e cobrindo toda a área da Maré. O seu cotidiano é dividido entre o trabalho, a família e o bate-papo com os amigos. Nos finais de semana se dedica ao bloco promovendo festas, pagodes e ensaios. Na casa mora ele a esposa e os filhos. Na parte de cima tem outra casa, onde moram a filha com o marido e os filhos. Ciro afirma que não gostaria de sair do bairro, pois, se sente a vontade morando no local e por causa da vizinhança agradável.

Os outros homens entrevistados eram comerciantes locais. A área possui um número considerável de pequenos comércios, que geralmente se localizam na extensão das casas. Esli, por exemplo, possui uma pequena loja onde vende produtos de limpeza e alimentares. A freguesia é basicamente as crianças e as donas de

casa, . O seu dia a dia se passa no local, onde ele tem um contato direto com os moradores. A casa onde mora e possui o comércio fica na extensão da casa do pai, que antigamente era de estuque e com o trabalho dos irmãos foram ampliando e hoje moram todos no mesmo local.

Miguel é dono do bar "Amarelinho da Baixa", o bar se localiza na principal rua do bairro (8) e a casa fica em cima do bar. O trabalho é realizado por ele, a esposa e um empregado. A maior parte do tempo do dia ele passa no bar, só indo para casa na hora de dormir. Na casa moram ele, a esposa e dois filhos menores. Para ele, o bairro é muito bom para se morar, desde que as pessoas não se envolvam com a vida dos outros. Entretanto, considera que na parte baixa ainda existem alguns problemas de violência de insalubridade.

Paulinho é o atual presidente do bloco. Atualmente não mora no bairro, porém possui a principal loja de comércio de material de construção no local. Apesar de não residir no bairro, o seu dia a dia se passa na maior parte na Baixa do Sapateiro, envolvido comércio e com o bloco. Ele acha que o bairro melhorou bastante após o Projeto Rio, permitindo às pessoas melhorarem os seus padrões de vida. Ele verifica isto pelo comércio, que cresceu consideravelmente após o Projeto, visto que, depois das melhorias as pessoas passaram a se preocupar mais com as suas casas.

Crianças

Todas as crianças entrevistadas possuíam o cotidiano envolvido com o estudo e o lazer. Talvez pelo fato das entrevistas terem sido realizadas na parte alta, onde se localizam as famílias de maiores rendas, que não encontrou-se crianças que desenvolvessem atividades para complementar o orçamento familiar. As contribuições das meninas eram, geralmente, nos serviços domésticos. Todas as crianças nasceram no bairro e gostariam de permanecer no local. As diversões ocorrem no próprio bairro em brincadeiras pelas ruas com outras crianças. Estas também acham o lugar agradável para se morar, reclamando apenas dos momentos em que ocorre alguma violência e que são obrigadas a ficar dentro das casas. Entre elas, as perspectivas profissionais eram diversas: médico, manequim, engenheiro, caminhoneiro e etc..

A partir das entrevistas e do trabalho de campo, percebe-se que o cotidiano destas pessoas se estrutura em torno do trabalho, seja profissional ou doméstico. Atualmente, a área é reconhecida enquanto bairro, não precisando mais resistir ao poder público para permanecerem no local. O que interessa agora é melhorar as condições de vida individual e no bairro. No próximo capítulo serão apresentadas algumas conclusões tiradas após a realização do trabalho de campo.

Conclusão

Ao privilegiar-se a análise sobre as práticas cotidianas, teve-se como meta observar, a partir destas práticas, de que maneira a modernização da sociedade e o desenvolvimento capitalista incorporam as camadas populares, transformando os seus modos de vida. Entende-se o cotidiano como a forma pela qual os indivíduos organizam as suas práticas diárias para se reproduzirem social e individualmente; sendo que este processo deve ser analisado a partir de uma sociedade concreta, considerando as condições econômicas, políticas e sociais dos agentes envolvidos.

Na sociedade brasileira, em que o desenvolvimento capitalista tem como marca fundamental a distribuição desigual da riqueza, o cotidiano das classes populares populares tem por vezes se estruturado como um processo de resistência. Atualmente, as favelas cariocas aparecem nas manchetes dos jornais como uma expressão deste fenômeno. O que leva alguns autores a interpretarem as favelas como um sistema com códigos e leis próprias. Entretanto, a meu ver, é necessário, ainda, um olhar mais atento para as necessidades próprias destas comunidades, pois, a reprodução da vida diária destas exigem esforços múltiplos para garantir a reprodução individual e serem reconhecidos como cidadãos legítimos.

Na formação da Baixa do Sapateiro pode-se indentificar alguns períodos em que o cotidiano se expressou como forma de resistência e outros de integração. As práticas de resistência ocorreram no momento em que os moradores, a maioria migrantes nordestinos e mineiros, chegaram a cidade e se defrontaram com o problema habitacional. A solução encontrada foi a ocupação ilegal das áreas vazias. O trabalho era constante, sendo necessário se desvencilhar dos agentes do governo; conseguir o material; construir a casa que geralmente era destruída, tornando-se necessário reconstruí-la; fazer o aterro; exigir a água, o saneamento e a luz; lutar contra as remoções; conquistar o direito de morar na cidade e tornar-se cidadão. Por fim, a área se consolida, a urbanização chega suprindo grande parte das necessidades e o trabalho coletivo é recompensado.

A questão que se coloca é: Em que medida a urbanização  transforma as práticas cotidianas das classes populares? O trabalho na Baixa do Sapateiro permitiu algumas constatações que explicitaremos a seguir.

Contrastando com a "cidade do asfalto" onde as relações tendem à individualidade, nesta comunidade as ações coletivas são frequentes. O caso típico é o processo do mutirão no momento de contruir a casa, que envolve os membros do grupo familiar e amigos. Observou-se também alternativas próprias para suprir as precariedades do serviço educacional. O lazer é coletivo e ocorre

no próprio bairro através das festas promovidas pelo bloco, no bate-papo nos botecos, no jogo de baralho e no futebol.

A família desempenha papel importante na socialização dos indivíduos, isto é observado nas residências em que funciona o sistema de condomínio, onde as casas funcionam uma como extensão da outra e os moradores pertencem todos ao mesmo grupo familiar. Pode-se contrapor esta prática com a tendência ocorrente nas sociedades modernas, que é a perda do papel socializador das famílias, a fragmentação do grupo familiar e a emergência de outras instituições assumindo este papel.

Retornando à questão colocada sobre os prováveis efeitos do processo de urbanização sobre as práticas cotidianas, observa-se que o elemento fundamental da ação coletiva permanece, porém com menor intensidade do que nos períodos de resistência. Entretanto, as relações familiares e de vizinhança continuam mantendo os laços da comunidade. No relato dos moradores ouve-se com frequência que é vantajoso morar no bairro por causa da vizinhança, e que o momento mais importante do cotidiano é quando a família está reunida.

Atualmente, não se pensa mais em resistência e sim em integração, procurando-se soluções próprias para esta integração. As preocupações fundamentais são: educar os filhos, ampliar a casa e melhorar no trabalho. No bairro pode-se sentir tranquilo sem as ameaças de remoção que afligiam a comunidade no passado. Mesmo que por vezes algum jovem do "movimento" tenha de se

esquivar pelos becos desvencilhando-se do olhar atento da lei.

Considerações finais

A pretensão deste estudo não foi de esgotar o debate acerca da problemática apresentada, mesmo porque algumas questões teóricas não foram suficientemente trabalhadas para obter uma compreensão mais precisa do problema. O que se pretende é propor um debate que tenha como centro as condições concretas de vida da população e tomando como ponto de partida o trabalho de campo. Pois penso que desta maneira será possível promover um conhecimento científico voltado para a compreensão e supressão das necessidades e carências da nossa sociedade.



NOTAS

1_ Ribeiro, Luiz Cesar Queiroz- Espaço, Capital, Propriedade e Modo de Vida: análise da luta pela apropriação da cidade na urbanização do Rio de Janeiro _ 1870/1930.

2_ Valladares, Lícia do Prado. Passa-se uma casa: análise do programa de remoções de favelas no Rio de Janeiro. Zahar Eds..

3_ Perlman, Janice. O Mito da Marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro. Paz e Terra.

4_ Ribeiro, Luiz Cesar Queiroz - op. cit.

5_ Silva, Sandra Monarcha Souza e. Espaço e Favela: O Projeto Rio e a Favela da Maré. PUR/UFRJ.

6_ Feesler Vaz, Lilian_ Relatório preliminar sobre a história dos bairros da Maré. (mimeo) PUR/UFRJ.

7_ Localizado entre as ruas Capitão Carlos e Nova Jerusalem, onde se realizam os ensaios do bloco.

8_ R. Nova Jerusalem.

Bibliografia

- Alvim Neto, Francisco Cesário de. O Discurso do Estado X O Discurso da Favela: Subsídios para planejadores predeterminados a "salvação" da favela. Rio de Janeiro, tese (mestrado) Coppe/UFRJ, 1979.
- Carvalho, José Murilo de. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- Heller, Agnes. O Cotidiano e a História. Editora Paz e Terra, 1970.
- IPLANRIO (Instituto de Planejamento Municipal). Morar na MetrÓpole: Ensaio sobre habitação popular no Rio de Janeiro, 1985.
- Moura, Roberto. Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro. Rio, Funarte, 1983.
- Perlman, Janice, O Mito da Marginalidade: favelas e políticas no rio de Janeiro. Rio, Paz e Terra, 1977.
- Ribeiro, Luiz Cezar de Queiroz. Espaço, Capital, Propriedade e Modo de Vida: análise da luta pela apropriação da cidade na urbanização do Rio de Janeiro - 1870/1930. (mimeo) Rio, IPPUR, 1984.
- Silva, Sandra Monarcha Souza e. Espaço e Favela: O Projeto Rio e a Favela da Maré. Rio, PUR/UFRJ, 1984.

Valladares, Lícia do Prado. Passa-se uma Casa: análise do programa de remoções de favelas no Rio de Janeiro. Rio, Zahar Eds., 1978.

Zaluar, Alba. A Máquina e a Revolta: As organizações populares e o significado da pobreza. Rio, Brasiliense, 1985.

